

A SEGURANÇA PÚBLICA NÃO É MONOPÓLIO DA DIREITA

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

Nos últimos anos, Portugal tem sido consecutivamente classificado em *rankings* internacionais como um dos países mais seguros do mundo. Não obstante, o tema da segurança pública está constantemente na agenda mediática e no discurso político, em particular à Direita.

Se é verdade que temos indicadores de segurança pública que nos levam a concluir que Portugal é um país de baixa criminalidade, é também verdade que essa realidade não acontece por via das condições de trabalho das forças de segurança. Além disso, o facto do nível de criminalidade ser baixo, não significa que não tenhamos incidência em alguns tipos de crime que merecem a nossa atenção e os meios necessários para serem combatidos. Estes problemas são muitas vezes explorados pelo discurso populista e securitário, auxiliado pelo sensacionalismo característico dos tempos que correm.

É por isso fundamental que os temas da segurança pública não sejam deixados em exclusivo ao discurso fácil e populista, em particular a defesa de uma classe profissional, que presta um serviço essencial para a sociedade, e que muitas vezes não se sente representada.

O Estado entrega às forças de segurança o monopólio do uso da força, com o objetivo de fazer cumprir a Constituição e os direitos, liberdades e garantias nela consagrados. As forças de segurança assumem assim um papel central em qualquer Estado de Direito Democrático.

Em Portugal, em 2022, a remuneração base bruta de um agente da PSP é de 809,1€, à qual se somam 267€ do suplemento por serviço nas Forças de Segurança, o que, apesar de corresponder aproximadamente ao salário médio dos portugueses, não reflete o risco, penosidade e disponibilidade permanente exigidos nesta profissão.

Para além das condições remuneratórias, as associações socioprofissionais e os sindicatos reportam frequentemente a falta de condições nas esquadras, bem como a falta de meios e de efetivos operacionais. Esta realidade, não só dificulta o trabalho diário, como impede a implementação do desejado modelo de "Policiamento de Proximidade", capaz de dar resposta a problemas sociais das nossas comunidades.

Os agentes de autoridade são ainda sujeitos a um enorme desgaste físico e psicológico. Muitas vezes expostos ao pior que existe na nossa sociedade, fazem trabalho noturno e por turnos e são diariamente confrontados com situações de perigo iminente e conflitos de complexa resolução. Números divulgados em 2018 dão conta de que a taxa de suicídios na PSP e GNR é quase duas vezes maior do que na população em geral.

A Juventude Socialista considera assim essencial que a Esquerda chame a si a defesa dos trabalhadores das forças de segurança pública e do papel fundamental que desempenham na nossa sociedade. Nesse sentido, propõe-se:

- Valorizar as carreiras e a remuneração das forças de segurança;
- Aumentar o número de efetivos operacionais, quer por via da contratação de novos profissionais, quer por via da revisão do atual modelo de segurança pública;
- Investir em meios, instalações e inteligência na área da segurança pública;
- Garantir serviços de apoio psicológico adequados para os agentes das forças; de segurança e permitir o afastamento dos agentes de tarefas operacionais em períodos de stress psicológico;
- Incluir na formação de novos profissionais a educação para a cidadania, orientada para os princípios que regem as forças de segurança.

Daniela Ramos, militante nº140712, Sines

Braga, 17 de dezembro de 2022